

Dívidas estaduais começam a ser renegociadas pelo governo

Rio Grande do Sul é o primeiro a assinar acordo que garante pagamento dos débitos com prazo mais longo e juros mais baixos

Vicente Nunes
Enviado especial

Porto Alegre — No dia 20 de setembro de 1835, o Rio Grande do Sul declarou guerra ao Brasil, exigindo a sua independência. Ontem, exatos 161 anos depois da Revolução Farroupilha, o estado mostrou que continua mais dependente do que nunca do Brasil.

Mergulhado na sua mais grave crise financeira, o Rio Grande do Sul assinou acordo com o governo federal para o refinanciamento de suas dívidas de R\$ 8,4 bilhões, que poderão ser pagas em 30 anos a juros de 6% ao ano mais a inflação medida pelo IGP-DI. "Ou esse acordo saía ou o estado quebrava", disse, aliviado, o governador Antônio Britto.

De imediato, o estado recebeu um perdão de R\$ 600 milhões dos débitos que tinha a pagar. Trata-se da diferença de juros entre o dia 31 de março até o início deste mês.

Esse benefício será estendido aos demais estados. Ou seja, em todos os refinanciamentos de dívidas que venham a ser fechados nos próximos meses, o prazo para as novas regras será 31 de março, quando ficou acordado que o governo federal socorreria os estados em crise financeira.

"Foi uma forma de evitarmos que se repetisse, nessas negociações, o que ocorreu com o Banespa. Do acordo com o banco até o fechamento final do negócio, as dívidas tinham aumentado em mais de R\$ 2 bilhões, inviabilizando toda a operação", explicou o secretário-executivo do Ministério da Fazenda, Pedro Parente.

RENEGOCIAÇÃO

Segundo o ministro da Fazenda, Pedro Malan, na próxima semana será assinada a renegociação dos débitos de Minas Gerais, que chegam a R\$ 11 bilhões. Depois, virão o Rio de Janeiro e São Paulo, que devem, juntos, mais de R\$ 30 bilhões. Malan ressaltou, no entanto, que essa ajuda aos estados nada tem a ver com o desejo do presidente Fernando Henrique de se reeleger. "Isso é conversa de bar", frisou o ministro, garantindo que a renegociação

das dívidas faz parte do programa de estabilização da economia e de consolidação do Plano Real.

Tanto Malan como Pedro Parente admitiram, porém, que o governo irá arcar com parte das dívidas dos estados. Esse custo decorrerá da redução das taxas de juros para o refinanciamento das dívidas de 12% para 6% ao ano acima da inflação. No caso do Rio Grande do Sul, por exemplo, o Tesouro Nacional terá que assumir, no primeiro ano, R\$ 270 milhões.

"Mas é importante ressaltar que, à medida em que as taxas de juros forem caindo, as perdas do Tesouro irão diminuir. Daqui mais a algum tempo a taxa real de juros vai estar muito próxima de 6% ao ano", afirmou Parente.

Se os estados vão receber benefícios, terão, também, que seguir uma dieta rígida para equacionarem os problemas de caixa, avisou o ministro da Fazenda. Os governadores terão que tocar um processo massivo de privatização como forma de quitarem 20% das dívidas em dinheiro.

Esse processo de desestatização estadual será conduzido pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), que, junto com os estados, irá fechar a lista das empresas que serão vendidas.

O Rio Grande do Sul, segundo o governador Antônio Britto, já se comprometeu a arrecadar R\$ 1 bilhão com a venda da Companhia Regional de Telecomunicações (CRT), dos portos do estado, de uma seguradora e das empresas de energia, além de transferir a concessão de várias estradas para a iniciativa privada.

DÉBITOS

Os estados não poderão se endividar novamente até que a relação entre o total das dívidas com as receitas anuais seja de um para um e terão que comprometer, em 1997, no máximo 11,5% de seu faturamento com o pagamento dos débitos. Esse comprometimento subirá para 12% em 1998, para 12,5% em 1999 e para 13% a partir de 2000.

"Novas dívidas só depois de as finanças estarem saneadas. e, mes-

Carlos Eduardo 16.09.93



Britto comemora aliviado: "Ou esse acordo saía ou o estado quebrava"

mo que novos endividamentos venham a acontecer, eles não poderão ser feitos por meio da emissão de títulos públicos", garantiu Pedro Parente.

Mas todas essas exigências não são nada diante da grave crise enfrentada pelo Rio Grande do Sul, admitiu Antônio Britto. As dívidas vinham crescendo R\$ 150 milhões por mês apenas por conta dos juros, que não eram pagos. Agora, pelas suas contas, com a renegociação, as dívidas do estado irão cair gradativamente até serem zeradas no ano 2026. Se o socorro do gover-

no federal não tivesse saído, a tendência seria a falência, com os débitos pulando para R\$ 11 bilhões em 2002, para R\$ 52 bilhões em 2020 e para R\$ 87 bilhões em 2026.

"A partir de agora poderemos governar com maior tranquilidade e fazer os investimentos que o Rio Grande do Sul precisa", assegurou Antônio Britto. É que o refinanciamento das dívidas abrirá as portas do estado para os financiamentos dos bancos internacionais como o Bird (Banco Mundial) e o BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento).